

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Pregão Eletrônico nº 004/2026

Processo Administrativo nº

121/2026

Objeto: Contratação de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU – Classe II)

À

Pregoeira do Município de Venda Nova do Imigrante – ES

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO DIREITO DE PETIÇÃO

A requerente, interessada em participar do certame em epígrafe, vem, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições do Edital, apresentar o presente PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, com a finalidade de assegurar a correta compreensão do instrumento convocatório, a adequada formulação das propostas e a preservação da competitividade, da isonomia e da segurança jurídica do procedimento.

II – DOS PONTOS QUE DEMANDAM ESCLARECIMENTOS

1. Da referência ao Sistema de Registro de Preços (SRP)

O item **12.1 do Edital** menciona a figura do “Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços”, sem que constem regras próprias do SRP no Edital ou no Termo de Referência.

Esclarece-se:

- a) Se o certame adota ou não o Sistema de Registro de Preços; **RESPOSTA: NÃO É PARA REGISTRO DE PREÇOS**
- b) Em caso positivo, onde se encontram disciplinadas suas regras; **RESPOSTA: NÃO É PARA REGISTRO DE PREÇOS**
- c) Em caso negativo, se a menção decorre de erro material. **RESPOSTA: ERRO MATERIAL**

2. Do critério de julgamento das propostas

O item **10.1 do Edital** não indica expressamente o critério de julgamento. Esclarece-se:

a) Qual o critério efetivamente adotado. **RESPOSTA: MENOR PREÇO POR LOTE**

3. Da ausência de disponibilização do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Não consta entre os anexos do Edital o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** ou documento técnico equivalente que tenha subsidiado a contratação, embora o Termo de Referência faça menção a estimativas de quantitativos, logística e custos.

Esclarece-se:

a) Se foi elaborado Estudo Técnico Preliminar ou documento equivalente;

RESPOSTA: SIM

b) Em caso positivo, por qual razão não foi disponibilizado como anexo do edital;

RESPOSTA: ESTUDO TÉCNICO NÃO É OBRIGATÓRIO SUA PUBLICAÇÃO JUNTAMENTE COM EDITAL, INCLUSIVE ENTENDIMENTO DO TCU .

c) Se a Administração pretende disponibilizá-lo aos interessados; **RESPOSTA: ESTUDO TÉCNICO NÃO É OBRIGATÓRIO SUA PUBLICAÇÃO JUNTAMENTE COM EDITAL, INCLUSIVE ENTENDIMENTO DO TCU .**

d) Em caso negativo, qual documento técnico fundamentou as estimativas constantes do Termo de Referência. **RESPOSTA: A ESTIMATIVA FOI LEVANTADA DE ACORDO A DEMANDA EXISTENTE E TENDO EM BASE O CONTRATO ANTERIOR.**

4. Da referência a documento não disponibilizado – Requisição nº 003/2025

O item 1.2 do Termo de Referência informa que a especificação do objeto e os quantitativos encontram-se definidos na **Requisição nº 003/2025**, a qual não consta entre os anexos do edital.

Esclarece-se:

a) Se a Requisição nº 003/2025 integra o processo administrativo; **RESPOSTA: REQUISIÇÃO INTEGRA O PROCESSO.**

b) Por qual razão não foi disponibilizada aos licitantes; **RESPOSTA: A REQUISIÇÃO TAMBÉM É DOCUMENTO INTERNO, QUE INTEGRA O PROCESSO E NÃO ESTA NO PROL DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS SUA DIVULGAÇÃO.**

c) Se será disponibilizada integralmente; **RESPOSTA: ENTENDEMOS NÃO SER DOCUMENTO QUE PRECISE SER DIVULGADO, UMA VEZ QUE OS QUANTITATIVOS SE ENCONTRAM NO ANEXO I DO EDITAL**

5. Da exigência de atestado de capacidade técnica sem definição de percentual ou quantitativo mínimo

O Edital exige atestado de capacidade técnica sem estabelecer parâmetros objetivos. Esclarece-se:

a) Qual o critério objetivo de compatibilidade do atestado; **RESPOSTA: SERÁ ANALIASA A COMPATIBILIDADE DO OBJETO APRESENTADO E O OBJETO LICITADO.**

b) Se será exigido percentual mínimo do quantitativo estimado e qual;

RESPOSTA: NÃO

6. Da omissão quanto à especificação mínima e à adequação técnica dos veículos de transporte de RSU

O item 4.2.1 do Termo de Referência sugere a utilização de veículos com carroceria fechada e sistema de vedação (o que sugere veículo compactador), sem definir quais soluções são tecnicamente adequadas ao transporte de resíduos sólidos urbanos em longas distâncias.

Veículos compactadores são destinados à coleta urbana, apresentando baixa capacidade útil e elevado custo operacional, sendo inviáveis para longas distâncias. Da mesma forma, veículos com caixa fechada de grande capacidade não constituem solução usual para esse tipo de transporte.

Na prática operacional, o transporte de RSU em longas distâncias é usualmente realizado por caçambas abertas e preparadas ou caixas estacionárias, desde que cobertas por lona adequada e dotadas de controles que evitem derramamento de chorume ou contato com o solo.

Diante disso, solicita-se esclarecer:

a) Se é exigido veículo com carroceria rigidamente fechada;

RESPOSTA: O TERMO UTILIZADO DE CARROCERIA FECHADA, REMETE SE AO FUNDO E LATERAL DA REFERIDA CARROCERIA, COM INTUITO DE PREVENIR O VAZAMENTO DE LÍQUIDOS E ATÉ MESMO MATERIAIS DURANTE O TRANSPORTE DO RESÍDUO, PODENDO A PARTE SUPERIOR SER REALIZADA A COBERTURA COM LONA OU OUTRO MATERIAL QUE EVITE O ESPALHAMENTO DE MATERIAIS NAS VIAS POR ONDE PASSAR.

b) Se serão admitidas caçambas abertas ou caixas estacionárias com cobertura por lona; **RESPOSTA :SIM**

7. Da inexistência de previsão de unidade de reserva no ponto de transbordo

Não há previsão de estrutura adequada no ponto de transbordo para recebimento temporário dos resíduos. Ou seja, no edital não prevê uma caixa estacionária ou caçamba para que o lixo não seja depositado no chão enquanto é realizado o transporte até o aterro.

Esclarece-se:

- a) Se haverá contêiner, caçamba estacionária ou estrutura equivalente;
- b) Quem será o responsável por sua disponibilização;
- c) Quais requisitos mínimos evitarão o depósito direto no solo.

RESPOSTA: DEVE SE DESTACAR QUE O DEPÓSITO TEMPORÁRIO NA ÁREA DE TRANSBORDO, BEM COMO O CARREGAMENTO DO VEÍCULO QUE FOR

REALIZAR O TRANSPORTE, É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, NÃO CABENDO PARA ESTA CONTRATAÇÃO INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

DEVE SE DESTACARA AINDA, QUE CONFORME PREVISTO NO ITEM 5.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA, O TRANSPORTE DEVERÁ OCORRER NO MÍNIMO 03 VEZES POR SEMANA, OU SEMPRE QUE HOUVER VOLUME SUFICIENTE PARA O TRANSPORTE, NÃO PODENDO HAVER ACUMULO DOS RESÍDUOS NA ÁREA DE TRANSBORDO

8 Da ausência de definição da responsabilidade pelo carregamento e compactação no transbordo

O Edital descreve o objeto como transporte dos resíduos até o aterro, **sem definir a responsabilidade pelo carregamento e compactação do RSU.**

Esclarece-se:

a) A quem compete o carregamento dos resíduos;

RESPOSTA: O CARREGAMENTO DOS RESÍDUOS NO CAMINHÃO A REALIZAR O TRANSPORTE, NA ÁREA DE TRANSBORDO, É DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

b) Quem é o responsável pela compactação dos resíduos no transbordo;

RESPOSTA: OS RESÍDUOS SÃO COMPACTADOS DURANTE A COLETA COM CAMINHÃO COMPACTADOR DA PREFEITURA MUNICIPAL, E POSTERIORMENTE DEPOSITADOS NO TRANSBORDO EM QUESTÃO, JÁ COMPACTADOS.

c) Quem fornecerá equipamentos (tipo retroescavadeira) e mão de obra para realizar essas atividades no transbordo;

RESPOSTA: OS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA O CARREGAMENTO NA ÁREA DE TRANSBORDO É DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL

d) Como tais atividades foram consideradas na estimativa de custos.

RESPOSTA: NÃO DE SE FALAR EM ESTIMADA DE CUSTOS DO SERVIÇOS DE CARREGAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO EM QUESTÃO, HAJA VISTA QUE O MESMO SERÁ EXECUTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL.

9 Do prazo contratual adotado para serviço de natureza contínua

Tratando-se de serviço contínuo, com prazo contratual de **12 meses**, esclarece-se:

a. Qual a justificativa técnica e administrativa; **RESPOSTA: CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA**

b. Se foi avaliada a adoção de prazo mais longo, nos termos da Lei nº 14.133/2021; **RESPOSTA SIM E PELO PODE DISCRICIONÁRIO A PREFEITURA DECIDIU POR VIGENCIA DE 12 MESES PARA AVALIAR O SERVIÇO PRESTADO.**

c. Se existe estudo ou nota técnica que fundamente o prazo adotado. **RESPOSTA SIM E PELO PODE DISCRICIONÁRIO A PREFEITURA DECIDIU POR**

VIGENCIA DE 12 MESES PARA AVALIAR O SERVIÇO PRESTADO

10 Do alcance prático do item 11.2.5 e da formação dos preços na fase de lances

O item **11.2.5 do Edital** estabelece que não serão adjudicadas propostas com valores superiores ao estimado para cada item e para cada lote.

Considerando que o **orçamento estimado não é divulgado**, surgem dúvidas quanto à aplicação prática desse dispositivo durante a fase de lances do pregão eletrônico.

Diante disso, solicita-se esclarecer:

a. Se, durante a fase de lances, o licitante que apresentar o **menor preço em relação aos demais concorrentes**, mas que ainda assim fique **acima do valor estimado interno da Administração**, será **desclassificado** ao final da etapa de julgamento; **RESPOSTA: NA FASE DE NEGOCIAÇÃO O VALOR ESTIMADO É DIVULGADO A FIM DE NEGOCIAÇÃO.**

b. Se, nessa situação, a Administração pretende **informar o licitante ou promover negociação** para adequação do valor ao limite aceitável, ou se a proposta será simplesmente desclassificada; **RESPOSTA: SIM.**

c. Como o licitante poderá **avaliar a viabilidade de seus lances**, uma vez que o valor máximo aceitável não é conhecido e o edital veda a adjudicação acima desse limite; **RESPOSTA: VALOR DE MERCADO PRATICADO.**

d. Se, na hipótese de nenhum licitante atingir valor inferior ao estimado, o item ou lote será considerado **fracassado** ou se haverá tentativa de **renegociação dos preços**; **RESPOSTA: É FACULDADE DE PREGOEIRA NA CONDUÇÃO DO CERTAME A RENEGOCIAÇÃO. DECISAO DA PREGOEIRA NO DECORRER DO CERTAME.**

e. Se o licitante **apresentar proposta acima do valor estimado**, este poderá participar da fase de lances ou já estará desclassificado.

RESPOSTA: IRÁ PARA FASE DE LANCES.

III – DO ENCERRAMENTO

Os esclarecimentos ora solicitados são essenciais para a correta interpretação do edital, a formulação adequada das propostas e a preservação da isonomia entre os licitantes.

Requer-se que as respostas sejam disponibilizadas no sistema do certame, para conhecimento de todos os interessados.

Termos em que,

Pede deferimento.